

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.507 - RJ (2019/0255226-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : JOSÉ GUILHERME PEREIRA PEIXOTO
ADVOGADOS : ADRIANO PINTO MACHADO - RJ077188
RAFAEL MOTTA FURTADO - RJ149121
VANESSA PEÇANHA ALVES - RJ217574
AGRAVADO : COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXPOSIÇÃO À RADIAÇÃO. JORNADA DE TRABALHO COM CARGA HORÁRIA REDUZIDA. LEI 1.234/1950. APLICABILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO ADOTADO POR ESTA CORTE. CONHECE-SE DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DOS SERVIDORES.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA e outro, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 2a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. CNEN. EXPOSIÇÃO À RADIAÇÃO. JORNADA SEMANAL DE 24 HORAS. IMPOSSIBILIDADE. LEI 1.234/50 REVOGADA TACITAMENTE PELA LEI 8.691/93. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. *Cinge-se a questão na existência ou não do direito de diminuição da carga horário dos Apelantes para 24 (vinte e quatro) horas semanais, com base na Lei 1.234/50, e, assim, ao pagamento de horas extras com repercussões sobre o repouso semanal remunerado, férias e 13o. (décimo terceiro) salário.*

2. *No presente caso, os Recorrentes são servidores públicos federais, ambos lotados no Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD, desempenhando os cargos de Técnico e de Tecnologista Pleno I.*

3. *A Lei 8.691/1993, que estruturou o Plano de Carreira dos Apelados, determina que os servidores dos órgãos e entidades relacionados no art.1o., §1o., serão enquadrados nas carreiras constantes do*

Superior Tribunal de Justiça

Anexo I e seus vencimentos corresponderão àqueles fixados no Anexo II da Lei 8.460/92, conforme dispõe o art. 26, caput e §1º. do primeiro diploma legal citado.

4. *Por sua vez, o Anexo II da Lei 8.460/92 estabelece vencimentos para jornada de 30 e 40 horas semanais. Desta forma, indevido o direito alegado pelos Apelados à carga horária semanal de 24 (vinte e quatro) horas, na forma do Art. 1º., alínea a, da Lei 1.234/1950, uma vez que a Lei 1.234/1950 foi revogada tacitamente. Precedente desta Turma.*

5. *Os servidores públicos não possuem direito adquirido a regime jurídico específico, desta forma, a Lei 8.691/93 aplica-se a todos os servidores por ela alcançados, independente de quando ingressaram na carreira.*

6. *Apelação desprovida (fls. 294).*

2. Aos Embargos de Declaração opostos foi negado provimento (fls. 327/332).

3. Em suas razões recursais, sustentam as partes agravantes violação dos arts. 1º. da Lei 1.234/1950; 19 da Lei 8.112/1990, 18, 19 da Lei 11.344/2006, ao argumento de que é necessária a modificação da jornada normal de trabalho das partes para 24 horas com dedicação exclusiva, mesmo sendo contemplados com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT e não a Gratificação de Desenvolvimento de Atividade em Ciência e Tecnologia - GDCT.

4. É o relatório.

5. O Tribunal de origem, ao se manifestar sobre a matéria pertinente à jornada de trabalho dos Servidores que operam junto às fontes de radiação, assim consignou:

Compulsando os autos, verifico que os Recorrentes são servidores públicos federais, ambos lotados no Instituto de Radioproteção e Dosimetria -IRD, desempenhando o Apelante CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA o cargo de Técnico (fls. 22/23) e no que se refere ao Apelante JOSÉ GUILHERME PEREIRA PEIXOTO o cargo de Tecnologista Pleno I (fls. 38 e 40)

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que a Lei 8.691/1993, que estruturou o Plano de Carreira dos Apelantes, determina que os servidores dos órgãos e entidades relacionados no art. 1o., §1o., serão enquadrados nas carreiras constantes do Anexo I e seus vencimentos corresponderão àqueles fixados no Anexo II da Lei 8.460/92, conforme dispõe o art. 26, caput e §1º do primeiro diploma legal citado.

Por sua vez, o Anexo II da Lei 8.460/92 estabelece vencimentos para jornada de 30 e 40 horas semanais. Desta forma, configuro como indevido o direito alegado pelos Apelantes à carga horária semanal de 24 (vinte e quatro) horas, na forma do Art. 1o., alínea a, da Lei 1.234/1950, uma vez que entendo que a Lei 1.234/1950 foi revogada tacitamente.

Destaco que os servidores públicos não possuem direito adquirido a regime jurídico específico, desta forma, a Lei 8.691/93 aplica-se a todos os servidores por ela alcançados, independente de quando ingressaram na carreira (fls. 292).

6. Ao decidir dessa forma, o acórdão recorrido diverge do entendimento adotado nesta Corte, a qual admite que, nos termos do art. 19, *caput* da Lei 8.112/1990, os Servidores públicos cumprirão jornada de trabalho de duração máxima de 40 (quarenta) horas semanais. Contudo, o seu art. 2o. excepciona a adoção de jornada laboral diferenciada para os Servidores públicos submetidos a legislação especial.

7. Assim, o art. 1o. da Lei 1.234/1950 estabelece que os Servidores da União, civis e militares, e os empregados de entidades paraestatais de natureza autárquica, que operam diretamente com raios-X e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação, terão direito a regime máximo de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR. CNEN. APLICAÇÃO DA LEI 1.234/1950. DECRETO 81.384/1978. EXPOSIÇÃO DIRETA E PERMANENTE A RAIOS X. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. *Depreende-se da leitura do art. 19 da Lei 8.112/1990 ser possível a adoção de jornada laboral diferenciada para os servidores públicos submetidos a legislação especial. Nesse contexto, o art. 1o. da Lei 1.234/1950 confere direitos e vantagens a servidores, civis e militares, que operam com Raios X, não havendo se falar em revogação de*

Superior Tribunal de Justiça

tais dispositivos pela Lei 8.112/1990, pois esta mesmo excepciona as hipóteses estabelecidas em leis especiais.

2. *Tendo o tribunal de origem, com apoio nas provas colhidas dos autos, concluído pela exposição direta e permanentemente a Raios X e substâncias radioativas, com o reconhecimento dos direitos previstos na legislação específica, conclui-se que a inversão do julgado demanda necessário revolvimento das provas dos autos, tarefa inviável em sede de recurso especial, por força do óbice da Súmula 7 do STJ.*

3. *Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.117.692/RJ, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 8.10.2015).*

8. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial dos Servidores, reconhecendo a aplicabilidade do art. 1o. da Lei 1.234/1950 no concernente à redução da jornada de trabalho aos Servidores que laboram permanentemente sob fontes de radiação.

9. Inverte-se os ônus sucumbenciais.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR